

Demonstrações Contábeis Combinadas



EXERCÍCIO 2024

SICOOB ES

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO

Relatório de Administração

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras Combinadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 do Sicoob Espírito Santo, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, vocês terão a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez do sistema regional Sicoob Espírito Santo e o impacto positivo do cooperativismo financeiro em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. O Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.414 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país, sendo a maior rede física do Brasil. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,5 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES, parte de um dos 14 sistemas regionais do país, celebrou 35 anos de atuação e fechou o ano de 2024 com 869.279 mil associados. Atuando no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos (SP), a instituição é representada por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Ao longo de 2024, o Sicoob ES inaugurou 8 novos pontos de atendimento, totalizando 201 nos quatro estados, sendo 8 na Bahia, em 5 municípios; 139 no Espírito Santo, em 73 municípios; 52 no Rio de Janeiro, em 37 cidades; e 2 em São Paulo, em São José dos Campos.

Os cooperados são compostos predominantemente por pessoas físicas (82%). Sobre o tema, em 2024, o Sicoob ES atraiu mais de 151.322 novos associados, com predominância ao Espírito Santo, com 116.522 novos associados. Nesse contexto, o sistema regional fechou 2024 com 2.436 colaboradores, distribuídos pelas seis cooperativas e na Central.

As cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) são:

Cooperativas	CNPJ	31/12/2024	31/12/2023
Sicoob Sul Litorâneo	32.474.884/0001-02	30.369	22.707
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	93.272	70.957
Sicoob Conexão	32.430.233/0001-10	212.360	161.366
Sicoob Coopermais	31.804.966/0001-05	60.207	45.016
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	111.308	84.074
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	36.795	27.487
Total		544.311	411.607

1.2.1 Incorporações

Em 1º de dezembro de 2024, após a condução e aprovação pelas Assembleias Gerais de todos os processos prévios determinados pela legislação em vigor, o Banco Central do Brasil homologou a incorporação do Sicoob Servidores pelo Sicoob Sul-Serrano. Os trâmites necessários à operacionalização da incorporação foram concluídos na mesma data.

A união busca somar experiência do Sicoob Servidores no atendimento ao setor público à estrutura e abrangência do Sicoob Sul-Serrano, reverberando em ainda mais benefícios aos servidores estaduais e municipais, assim como na ampliação do relacionamento com as entidades públicas. Uma das principais iniciativas é a ampliação do crédito consignado, com a meta de atingir R\$ 500 milhões em operações até o final de 2026.

1.2.2 Destaques

O ano de 2024 foi um ano repleto de conquistas, ações e realizações para o Sicoob ES, a seguir alguns dos principais destaques que ocorreram ao longo do ano.

- Pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob ES é reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas. Sobre o critério de patrimônio líquido das principais organizações capixabas.
- Há 11 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial. Em 2024, o sistema regional foi novamente premiado nas categorias “cooperativa” e “instituição financeira”.
- Em 2024, o Sicoob ES também participou do lançamento para negociações de contratos futuros do café Conilon na B3. A participação do Sicoob ES visa oferecer mais opções de instrumentos financeiros para todos os participantes do mercado de café robusta e conilon.
- O Sicoob ES disponibilizou mais de R\$ 25 milhões de crédito a juros zero para associados prejudicados pelas chuvas que afetaram 14 cidades no sul do Espírito Santo e quatro no Rio de Janeiro no início de 2024.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas realizada pela Rede Gazeta, que homenageia as organizações mais lembradas pelos capixabas. Em 2024, o Sicoob ES voltou a ser reconhecido na categoria “cooperativa”.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2024, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer a construção civil e impulsionar o agronegócio. A Finep, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), disponibilizou linhas de crédito subsidiadas para financiar projetos inovadores voltados a empresas. O objetivo é viabilizar o desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e serviços, ampliando a competitividade no mercado.

No setor da construção civil, foi criada a **Linha de Crédito Capital de Giro Habitacional**, destinada a incorporadoras, construtoras e Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com o propósito de viabilizar empreendimentos imobiliários habitacionais.

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a **Linha de Crédito CPRF – PJ**, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo terceiro ano consecutivo, o **Sicoob ES** foi reconhecido como o maior repassador de recursos do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses

estão disponíveis no site do BNDES:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>.

1.3.1 Perspectivas para 2025

Para o próximo período, novas soluções financeiras estão previstas:

- **Antecipação a Fornecedores (AF)** – também chamada de risco sacado, essa linha de crédito, isenta de IOF e voltada para empresas, permitirá a antecipação de recebíveis futuros de forma ágil e sem burocracia, garantindo maior liquidez aos fornecedores.
- **NCE e CCE (Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação)** – instrumentos financeiros, também isentos de IOF, voltados ao financiamento da aquisição de bens, insumos e serviços, utilizando como garantia futuras exportações. Esses títulos representam compromissos de pagamento em real, lastreados em produtos exportáveis.
- **Plataforma ASTEC Digital** – prevista para 2025, essa ferramenta facilitará a captação e contratação de crédito rural, ampliando o alcance dos parceiros captadores e agilizando o acesso aos recursos financeiros para o setor.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da instituição em oferecer soluções inovadoras e eficientes, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2024, o portfólio de investimentos foi ampliado com o lançamento da **Letra Financeira Sênior**, voltada à captação de recursos dos associados em aplicações de médio e longo prazo. O produto segue a legislação vigente, com carência mínima de resgate de 24 meses, e oferece uma remuneração superior à dos demais produtos da cooperativa. Ao final do ano, a carteira atingiu aproximadamente **R\$ 60 milhões**, valor que pode ser avaliado quanto à sua relevância para inclusão no relatório.

Outra inovação foi a disponibilização do **Apple Pay** para os associados que utilizam o **SICOOBCard**. Muito aguardada pelos cooperados, essa tecnologia permite realizar transações de crédito e débito diretamente nas maquininhas, sem a necessidade do cartão físico. A novidade proporciona mais comodidade e agilidade aos pagamentos, reforçando o compromisso da cooperativa com a modernização e a experiência do associado.

1.5. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o ano de 2024, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

O ano de 2024 registrou avanços significativos na digitalização. Em 2023, 24,63% das associações foram realizadas digitalmente. Com a implementação de melhorias e a campanha **"Indique e Ganhe"**, esse percentual subiu para **41,03%** em dezembro de 2024, incluindo associações feitas presencialmente.

No atendimento digital, mais de **89 mil atendimentos** foram realizados ao longo do ano. A equipe recebeu uma avaliação média de **4,74 de 5**, com um tempo médio de resposta de **10 minutos após o transbordo** e um horário estendido de atendimento, das **7h30 às 21h30**, garantindo mais conveniência aos associados.

A isenção de taxas do **Pix para pessoas jurídicas** e a evolução das APIs impulsionaram o uso dessa forma de pagamento. Em 2023, os associados receberam mais de **R\$ 49 bilhões** via Pix de outras instituições financeiras. Em 2024, esse valor superou **R\$ 74 bilhões**, um crescimento de **52%**.

O uso de **APIs** também apresentou um avanço expressivo. Em 2023, **1.030 associados** integraram seus sistemas via API para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. Em 2024, houve um aumento de **46,9%** no número de novos associados utilizando essa tecnologia, ampliando a automação e a eficiência dos processos financeiros.

2. Sustentabilidade

O Sicoob ES reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios. Participando do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, as organizações do Sistema Sicoob estão mobilizadas para estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica.

Para comunicar esses compromissos, o Sicoob conta com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao plano estratégico e às diretrizes do Banco Central do Brasil, voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Mais informações estão disponíveis em www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Além disso, importante destacar o impacto social na comunidade do financiamento estudantil Faça Acontecer. Para muitos alunos, representa o primeiro contato com uma instituição financeira, criando oportunidades de fidelização e viabilizando a realização do sonho da formação acadêmica. Desde 2018, o programa já beneficiou mais de 3.000 estudantes, com mais de R\$ 500 milhões em crédito liberado, e conta com mais de 100 instituições de ensino conveniadas em 18 estados da federação.

O Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES apoia diversos projetos sociais, reafirmando seu compromisso com a agenda de Investimento Social Estratégico. Em 2024, na 6ª Edição do Edital Social, as Cooperativas do Sicoob ES aprovaram 199 projetos em 192 instituições de 82 municípios, beneficiando 117.730 pessoas, com um investimento total de R\$ 4,3 milhões. Desde a primeira edição, mais de 600 projetos foram apoiados em mais de 100 municípios, totalizando um investimento de R\$ 14 milhões. Para 2025, a 7ª edição do Edital, exclusiva para instituições sem fins lucrativos, terá inscrições abertas de 1º de março a 30 de abril, através do site www.comunidadesicoob.com.br.

3. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2024, a agência de classificação de risco manteve o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Central ES e das seis cooperativas singulares que compõem o sistema regional Sicoob ES em AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo das instituições cooperativas.

Essa avaliação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros das cooperativas, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, as instituições mantiveram sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica, proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados.

4. Política de Crédito

A atuação do Sicoob se destaca, principalmente, pela concessão de empréstimos e captação de depósitos. Essa concessão é realizada mediante análise prévia, observando limites de alçadas predefinidos que são rigorosamente respeitados. A instituição efetua consultas cadastrais e utiliza a avaliação por pontos, conhecida como "RATING", visando garantir a máxima liquidez das operações.

A política de classificação de risco de crédito segue as diretrizes da Resolução CMN nº 2.682/99, com concentração de 85,50% nos níveis de "AA" a "C".

Essa abordagem reafirma o compromisso do Sicoob em assegurar uma gestão de crédito sólida e alinhada às normativas vigentes, promovendo confiança e segurança nas transações financeiras com seus cooperados.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, centralizada e compartilhada com o Banco Sicoob, desempenha um papel crucial na garantia da transparência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A atuação da área é prevista na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2024, a Ouvidoria do Sicoob registrou 1.256 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dessas, 595 foram classificadas como procedentes e com exceção de 9 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Var. %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	2.170.470	1.832.133	18,47
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	662.025	538.031	23,05
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	119.958	94.860	26,46
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	515.658	418.896	23,10
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	903.421	692.500	30,46
Despesas Tributárias	9.448	8.521	10,88
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	151.757	96.514	57,24
Juros ao Capital	204.803	199.422	2,70
Sobras Brutas	1.215.610	1.063.210	14,33

Contribuíram para compor o Resultado do exercício de 2024:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 23,10%, o resultado da intermediação financeira aumentou 18,47% em relação ao mesmo período de 2023.

As receitas de recuperação de prejuízo tiveram um aumento de 26,46 % atingindo em 2024 uma receita de R\$119.958 milhões.

A remuneração do Juros ao Capital em 2024 foi de R\$ 204.803 mil, 2,70% superior ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Sicoob ES teve um aumento de 14,33% em relação a 2022, atingindo um total de R\$ 1.215.610 milhões.

8.1. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2024, o Sicoob ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Var. %
Ativos Totais	29.475.890	21.974.092	34,14
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.934.593	4.644.923	70,82
Títulos e Valores Mobiliários	5.494.935	4.386.079	25,28
Carteira de Crédito	16.397.147	13.164.500	24,56
Depósitos	19.612.556	12.880.334	52,27
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio e imobiliário	1.610.189	2.400.565	(32,92)
Patrimônio Líquido	5.429.865	4.352.713	24,75

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2024:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 29.475.890 mil ao final do exercício de 2024, com crescimento de 34,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados e superando a marca dos 29,4 bilhões em ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da carteira de crédito superou a marca de 16 bilhões de reais, atingindo o montante R\$ 16.397.147 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 24,56% em relação a 31 de dezembro de 2023.

Os depósitos obtiveram um aumento de 52,27% considerando o mesmo período de 2023, atingindo no final do exercício de 2024 o montante de R\$ 19.612.556 mil e dessa forma passando da marca de 19 bilhões de depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 24,75% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 5.429.865 mil.

8.2. Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	31/12/2024			31/12/2023			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	1.881.689	762.197	2.643.886	1.527.994	614.288	2.142.282	501.604	23,41
Crédito Comercial	2.305.634	11.447.627	13.753.261	1.866.111	9.156.107	11.022.218	2.731.043	24,78
Total	4.187.323	12.209.824	16.397.147	3.394.105	9.770.395	13.164.500	3.232.647	24,56

8.3. Volume de crédito liberado em 2024 e 2023

Descrição	2024	2023
Total de Crédito Liberado	12.966.594	11.051.955
Crédito rural	1.864.295	1.657.762
Empréstimo e Financiamentos	7.506.542	6.110.254
Títulos Descontados	3.595.758	3.283.939
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	299.189	167.090
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	31	46

9. Pessoas

O Sicoob ES, guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, mantém uma abordagem centrada nos colaboradores para promover a excelência nas atividades, atendimento aos associados e difusão do modelo de negócio.

Registrando um aumento de 6% no quadro de profissionais no último ano, a instituição alcançou 2.436 colaboradores em 2024, abrangendo os estados do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. O Sicoob ES se destacou como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, na categoria grande porte no ranking promovido pelo Great Place to Work (GPTW).

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representantes dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob ES em 2024. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2024, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2024 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br.

Vitória/ES, 24 de janeiro de 2025
Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		29.475.890	21.974.092
DISPONIBILIDADES	4.	171.162	145.111
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		29.968.164	22.345.034
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	7.934.593	4.644.923
Títulos e Valores Mobiliários	6.	5.494.935	4.386.079
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6.1	(28.798)	(10.391)
Operações de Crédito	7.	16.397.147	13.164.500
Outros Ativos Financeiros	8.	170.287	159.923
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.185.161)	(978.842)
(-) Operações de Crédito	7.e	(1.123.242)	(927.436)
(-) Outras	8.1	(61.919)	(51.406)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9.	9.940	16.770
OUTROS ATIVOS	10.	91.220	85.735
INVESTIMENTOS	11.	182.970	153.730
IMOBILIZADO DE USO	12.	396.224	330.496
INTANGÍVEL	12.	8.181	8.080
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12.	(166.810)	(132.022)
TOTAL DO ATIVO		29.475.890	21.974.092
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.475.890	21.974.092
DEPÓSITOS		19.612.556	12.880.334
Depósitos à Vista	13.	4.962.214	4.088.250
Depósitos Sob Aviso	13.	45.258	43.071
Depósitos à Prazo	13.	14.605.084	8.749.013
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.934.113	4.320.772
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	1.610.189	2.400.565
Relações Interfinanceiras		1.821.351	1.469.917
Repasse Interfinanceiros	15.a	1.821.325	1.469.906
Outras Relações Interfinanceiras	16.	26	11
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	412.812	355.603
Outros Passivos Financeiros	17.	89.761	94.687
PROVISÕES	18.	114.523	84.898
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	22.204	20.780
OUTROS PASSIVOS	20.	362.629	314.595
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.429.865	4.352.713
CAPITAL SOCIAL	22.a	2.128.191	1.729.644
RESERVAS DE SOBRAS	22.b	2.797.601	2.224.285
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	22.g	1.042	(96)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.i	503.031	398.880
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.475.890	21.974.092

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.768.097	3.125.904
Operações de Crédito	7.h	2.583.457	2.192.500
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	662.439	486.236
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.2	522.201	447.168
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.259.652)	(1.831.802)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(1.444.107)	(1.178.566)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(153.520)	(115.205)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.i	(662.025)	(538.031)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.508.445	1.294.102
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(225.209)	(163.449)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24.	344.654	251.944
Rendas de Tarifas	25.	171.004	166.952
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26.	(320.174)	(261.008)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27.	(388.739)	(324.760)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28.	(9.448)	(8.521)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	29.	23.027	18.971
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30.	148.975	99.705
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31.	(194.508)	(106.732)
PROVISÕES	32.	(26.002)	(16.847)
Provisões/Reversões para Contingências	32.1	163	(1.923)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32.2	(26.165)	(14.924)
RESULTADO OPERACIONAL		1.257.234	1.113.806
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33.	2.782	(3.191)
Lucros em Transações com Valores e Bens		1.060	2.838
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(3.099)	(2.620)
Ganhos de Capital		618	718
Rendas de Aluguel		216	82
Reversão de Provisões Não Operacionais		6.686	4.877
Outras Rendas Não Operacionais		1.939	1.843
(-) Perdas de Capital		(1.964)	(1.612)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(2.652)	(9.260)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(22)	(57)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.260.016	1.110.615
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.b	(44.406)	(47.405)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.215.610	1.063.210
JUROS AO CAPITAL	23.	(204.803)	(199.422)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.010.807	863.788

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS		(507.776)	(464.908)
FATES		(58.304)	(47.125)
Fundo de Reserva		(470.316)	(417.272)
Outras Destinações Estatutárias		(8.473)	(18.528)
Reversões de Reservas/Fundos		29.317	18.017
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	22.i	503.031	398.880

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	1.215.610	1.063.210
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.138	232
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.216.748	1.063.442

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

Descrição	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS DE CONTING.	OUTRAS RESERVAS	OUTROS RESULT. ABRANG.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	1.427.896	(38.388)	1.687.962	8.197	26.020	-	(328)	337.095	3.448.454
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(912)	-	-	(2.375)	(3.287)
Constituição de Reservas	-	-	90.518	1.590	-	-	-	(92.108)	-
Distribuição de sobras para associados	250.360	-	-	-	(7.748)	-	-	(242.612)	-
Outros			875						875
Eventos/Reservas									
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização	35.559	(4.454)	-	-	-	-	-	-	31.105
Por Devolução (-)	(98.360)	-	-	-	-	-	-	-	(98.360)
Estorno de Capital	(17.594)	17.307	-	-	-	-	-	-	(287)
Reversões de Reservas	-	-	-	-	(10.908)	-	-	10.908	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	(7.109)	-	-	-	7.109	-
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	-	-	1.063.210	1.063.210
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	232	-	232
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(199.422)	(199.422)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	157.318	-	-	-	-	-	-	-	157.318
Destinações das Sobras do Período:									
Fundo de Reserva	-	-	417.272	-	-	-	-	(417.272)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	7.528	-	11.000	-	(18.528)	-

Descrição	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS DE CONTING.	OUTRAS RESERVAS	OUTROS RESULT. ABRANG.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	(39.248)	(39.248)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	(7.877)	(7.877)
Saldos em 31/12/2023	1.755.179	(25.535)	2.196.627	10.206	6.452	11.000	(96)	398.880	4.352.713
Saldos em 31/12/2023	1.755.179	(25.535)	2.196.627	10.206	6.452	11.000	(96)	398.880	4.352.713
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(519)	-	-	(2.034)	(2.553)
Constituição de Reservas	-	-	98.254	-	-	-	-	(98.254)	-
Distribuição de sobras para associados	298.190	-	-	-	(5.933)	-	-	(298.592)	(6.335)
Outros Eventos/Reservas	-	-	5.907	6	-	-	-	-	5.913
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização	84.965	(2.080)	-	-	-	-	-	-	82.885
Por Devolução (-)	(164.544)								(164.544)
Estorno de Capital	(510)	-	-	-	-	-	-	-	(510)
Reversões de Reservas									
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	(7.605)	-	(331)	-	29.317	21.381
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	-	-	1.215.610	1.215.610
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	1.138	-	1.138
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(204.803)	(204.803)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	161.346	-	-	-	-	-	-	-	161.346
Movimentações por Incorporações	21.654	(474)	4.748	-	-	-	-	-	25.928
Destinações das Sobras do Período:									
									-

Descrição	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS DE CONTING.	OUTRAS RESERVAS	OUTROS RESULT. ABRANG.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Fundo de Reserva	-	-	470.316	-	-	-	-	(470.316)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	8.473	-	-	-	(8.473)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	(44.515)	(44.515)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	(13.789)	(13.789)
Saldos em 31/12/2024	2.156.280	(28.089)	2.775.852	11.080	-	10.669	1.042	503.031	5.429.865

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.260.016	1.110.615
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(286)	–
Distribuição de Sobras e Dividendos	(20.188)	(16.037)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.027)	(18.971)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	662.025	538.031
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	26.165	14.924
Provisões/Reversões Não Operacionais	(4.034)	4.383
Provisões/Reversões para Contingências	(163)	1.923
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	1.188	913
Depreciações e Amortizações	36.071	28.577
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	1.937.767	1.664.358
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.208.245)	(1.931.055)
Títulos e Valores Mobiliários	(1.087.900)	(716.819)
Operações de Crédito	(3.613.962)	(3.008.917)
Outros Ativos Financeiros	(84.756)	(97.323)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	6.830	(8.961)
Outros Ativos	(1.451)	(2.141)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	873.964	814.571
Depósitos sob Aviso	2.187	2.893
Depósitos à Prazo	5.856.071	2.647.976
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	(790.376)	608.605
Relações Interfinanceiras	351.434	475.480
Obrigações por Empréstimos e Repasses	57.209	51.315
Outros Passivos Financeiros	(4.926)	13.721
Provisões	3.623	1.812
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.424	3.235
Outros Passivos	(179.794)	(170.133)
FATES – Atos Cooperativos	(44.515)	(39.248)
FATES – Atos Não Cooperativos	(13.789)	(7.877)
Outras Destinações	(2.553)	(3.287)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	58.242	298.205
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	20.188	16.037
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	286	–
Aquisição de Intangível	(148)	(292)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(68.151)	(58.658)
Aquisição de Investimentos	(43.607)	(48.023)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(91.432)	(90.936)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	82.885	31.105
Devolução de Capital à Cooperados	(164.544)	(98.360)

	31/12/2024	31/12/2023
Estorno de Capital	(510)	(287)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	161.346	157.318
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	(6.335)	-
Aumento no capital por incorporações	21.180	-
Aumento nas reservas por incorporações	4.748	-
Outros Eventos/Reservas	5.913	875
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	104.683	90.651
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71.493	297.920
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.718.840	1.420.920
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.790.333	1.718.840
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	71.493	297.920

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(em milhares de Reais – exceto quando especificado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob ES é composta por seis Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2024 possuíam 201 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 141 no Espírito Santo, 53 no Rio de Janeiro, 8 na Bahia e 2 São José dos Campos (SP), 622 terminais de autoatendimento e 41 Correspondentes atendendo a 869.279 mil associados. Além disso, o Sicoob ES possui operações com poupadores e outros relacionamentos totalizando 169.447 mil pessoas e empresas.

A Cooperativa Central e suas filiadas são acionistas do Banco Cooperativo do Sicoob S.A (“Banco Sicoob” ou “Banco”) que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Banco Sicoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador ‘+’ ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AAA(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBank é BRLP3 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Banco Sicoob ainda é o controlador do Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Sicoob DTVM”), da Ponta Administradora de Consórcios (“Consórcio Ponta”), do Sicoob Pagamentos Ltda., processadora de cartões de crédito do Sicoob, e do Sicoob Participações em Seguridade S.A. (“Sicoob PAR”) detentora de participação no Sicoob Seguradora.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

O Centro Cooperativo Sicoob (CCS) tem por finalidade representar institucionalmente o Sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema.

A Fundação Sicoob de Previdência Privada (“Sicoob Previ”) é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancários, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

1.1 Situação Especial

Em 01/12/2024, houve a incorporação da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo – Sicoob Servidores (01.330.295/0001-27)**, pela **Cooperativa de Crédito Sul- Serrana – Sicoob Sul-Serrano (00.815.319/0001-75)**, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 29/10/2024 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BCB em 01/12/2024. Abaixo segue a demonstração dos saldos após incorporação:

Descrição	Sicoob Sul-Serrano (30/11/2024)	Sicoob Servidores	Sicoob Sul-Serrano (30/11/2024)
Ativo			
Disponibilidades	19.469	475	19.944
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	57.646	-	57.646
Títulos e Valores Mobiliários	330.252	2.874	333.126
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(4.854)	-	(4.854)
Centralização Financeira	2.322.984	35.787	2.358.771
Operações de Crédito	3.574.414	74.043	3.648.457
Outros Ativos Financeiros	69.291	1.455	70.746
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(227.813)	(9.852)	(237.665)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	2.201	161	2.362
Outros Ativos	37.926	98	38.024
Imobilizado de Uso	73.866	4.250	78.116
Intangível	1.309	10	1.319
(-) Depreciações e Amortizações	(35.239)	(1.590)	(36.829)
Total do Ativo	6.221.452	107.711	6.329.163
Passivo			
Depósitos	4.582.120	76.014	4.658.134
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	155.193	-	155.193
Repasse Interfinanceiros	341.030	-	341.030
Obrigações por Empréstimos e Repasses	28.000	-	28.000
Outros Passivos Financeiros	1.973	23	1.996
Provisões	20.879	1.679	22.558
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.867	230	3.097
Outros Passivos	123.566	3.836	127.402
Patrimônio Líquido			
Capital Social	424.987	21.181	446.168
Reservas de Sobras	374.511	4.748	379.259
Sobras ou Perdas Acumuladas*	166.326	-	166.326
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.221.452	107.711	6.329.163

*Para efeito comparativo as contas de resultado do Sicoob Sul-Serrano foram somadas as Sobras ou Perdas Acumuladas.

1.2 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2024 afirmou a classificação de risco das Cooperativas do Sicoob ES, atribuindo no curto prazo a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus

compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas (“demonstrações contábeis”) do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir de sua demonstração contábil e as Demonstrações Contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/01/2025.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução CMN 4.151/2012:

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação das Singulares do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativa	CNPJ	31/12/2024	31/12/2023
Sicoob Sul-Litorâneo	32.474.884/0001-02	30.369	22.707
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	93.272	70.957
Sicoob Conexão	32.430.233/0001-10	212.360	161.366
Sicoob Coopermais	31.804.966/0001-05	60.207	45.016
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	111.308	84.074
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	36.795	27.487
Total de Participação no Sicoob Central ES		544.311	411.607

(d) Convergência às normas internacionais de contabilidade:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

(e) Moeda Funcional e apresentação:

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

• **Etapa 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- **Etapa 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- **Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Etapa 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Etapa 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

– **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

- **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

- **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

– **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

– **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

– **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

- **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

- **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

– **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um valor **aproximado de R\$ (15.341) Mil, correspondente a (0,3) %** sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

– **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

– **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

• **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

• **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

– **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433: atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente de modo a refletir a melhor informação disponível.

(b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e valores mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. (se aplicável)

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;

b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

(f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

(h) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

(i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições conforme previsão Resolução CMN nº 4.817/2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

(k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

(l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

(m) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

(n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

(o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

(p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

(q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

(s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

(t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

(u) Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O Sicoob ES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

z) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	171.162	145.111
Caixa	170.102	144.919
Depósitos Bancários	1.060	192
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Tít. e Valores Mobiliários (b)	1.619.171	1.573.729
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92.163	10.962
Títulos e Valores Mobiliários	1.527.008	1.562.767
Total	1.790.333	1.718.840

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.369.229	3.746.374
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		92.163	10.962
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	92.163	10.962
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		6.277.066	3.735.412
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	101% CDI	–	8.386
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	6.277.066	3.727.026
Não circulante		1.565.364	898.549
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.565.364	898.549
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	98% CDI	43.297	39.132
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	101% CDI	58.532	52.737
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.463.535	806.680
Total Geral		7.934.593	4.644.923

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 mês	18.077	853
De 1 a 3 meses	74.086	10.109
De 3 a 6 meses	1.954.389	152.402
De 6 a 12 meses	4.322.677	3.583.010
Total circulante	6.369.229	3.746.374
De 1 a 2 anos	404.042	283.215
De 2 a 3 anos	535.758	17.956
Acima 3 anos	625.564	597.378
Total não circulante	1.565.364	898.549
Total Geral	7.934.593	4.644.923

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

5.1 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
CDI – Não ligadas	4.235	-
CDI – Ligadas	658.204	486.236
Total	662.439	486.236

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.221.566	2.392.404
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		1.595.849	1.586.617
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		1.479.596	1.092.926
Fundo de centralização	Pós Fixado	568.374	308.340
Fundo Institucional	Pós Fixado	910.998	784.377
Fundo BB Renda Fixa	Pré-Fixado	224	209
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		47.412	469.841
LF – Outros Bancos(a)		47.412	316.705
LFTM – Administrado		-	153.136
<i>Títulos Outros</i>		68.841	23.850
Outros – CPR		68.841	23.850
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		625.717	805.787
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		316.219	663.577
LF – Outros Bancos(a)	CDI	316.219	663.577
<i>Títulos Outros</i>		309.498	142.210
Outros – CPR		309.498	142.210
Não circulante		3.273.369	1.993.675
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		17.819	61.163
Cotas de Fundo Imobiliário		17.819	61.163
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		2.240.314	1.447.159
LFTM – Administrado	SELIC	702.747	-
LFT – Administrado	SELIC	622.908	1.040.716
LFT – Administrado	CDI	35.329	-
Debêntures	CDI	30.724	30.752
LF – Outros Bancos (a)	CDI	848.606	375.691

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Títulos Outros		834.796	343.444
Outros – CPR		834.796	343.444
Participação em Cooperativas		180.440	141.909
Sicoob Confederação		19.191	13.240
Participação em Instituição Finan. Controlada por Coop Crédito – Banco Sicoob		366	128.311
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		157.721	358
Outras Participações		3.162	–
Total Geral		5.494.935	4.386.079

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2024			31/12/2023		
	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	1.479.596	–	1.479.596	1.092.926	–	1.092.926
Até 1 mês	–	–	–	–	–	–
De 1 a 3 meses	47.412	–	47.412	469.841	–	469.841
De 3 a 6 meses	109.856	–	109.856	284.714	–	284.714
De 6 a 12 meses	206.363	–	206.363	378.863	–	378.863
Total circulante	1.843.227	–	1.843.227	2.226.344	–	2.226.344
Sem vencimento	198.259	–	198.259	203.072	–	203.072
De 1 a 2 anos	654.110	–	654.110	324.603	–	324.603
De 2 a 3 anos	157.067	–	157.067	81.840	–	81.840
Acima de 3 anos	1.429.137	–	1.429.137	1.040.716	–	1.040.716
Total não circulante	2.438.573	–	2.438.573	1.650.231	–	1.650.231
Outros – CPR	1.213.135	–	1.213.135	509.504	–	509.504
Total Geral	5.494.935	–	5.494.935	4.386.079	–	4.386.079

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6.1 Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários

Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(28.798)	–	(28.798)	(4.964)	(5.427)	(10.391)
TOTAL	(28.798)	–	(28.798)	(4.964)	(5.427)	(10.391)

6.2 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	3.990	4.491
Cotas de Fundo Renda Fixa	19	21
Letras financeiras do tesouro	88.427	122.647
LF – Pós Fixada	143.312	139.588
Juros de Mora CPR	769	59
Letra Financeira Subordinada Complementar	3.007	-
LFT Centralização Recurso Municípios	44.698	17.784
LFT – Lucro na Alienação – Intermediados	9	-
Fundos de aplicação financeira	142.775	136.087
Rendas Aplic. Fundos Investimentos – Imobiliário	2.088	2.522
Desvalorização de Títulos Livres	9.586	1.132
Outros – Rendas de Títulos Renda Fixa	112.803	31.855
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	38.327	44.165
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(39.563)	(41.720)
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(28.046)	(11.463)
TOTAL	522.201	447.168

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	9.208	-	9.208	8.587	-	8.587
Empréstimos	4.298.665	5.331.833	9.630.498	3.623.027	4.499.078	8.122.105
Títulos Descontados	563.178	-	563.178	444.734	-	444.734
Financiamentos	1.101.027	2.449.348	3.550.375	818.805	1.627.987	2.446.792
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.414.605	1.229.283	2.643.888	1.149.173	993.109	2.142.282
Total das Operações Crédito	7.386.683	9.010.464	16.397.147	6.044.326	7.120.174	13.164.500
(-) Provisões para Operações de Crédito	(518.929)	(604.313)	(1.123.242)	(436.295)	(491.141)	(927.436)
TOTAL	6.867.754	8.406.151	15.273.905	5.608.031	6.629.033	12.237.064

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Esp./ Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais e Agroind.	Total 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	370.624	3.462	219.523	286.858	880.467	-	630.769	-
A	0,5%	Normal	1.607.278	33.904	722.810	853.824	3.217.816	(16.088)	2.197.784	(10.986)
B	1%	Normal	2.601.974	25.367	1.096.651	860.550	4.584.542	(45.844)	3.703.926	(37.039)
B	1%	Vencidas	26.484	351	4.082	26	30.943	(308)	23.392	(233)
C	3%	Normal	3.514.117	75.906	1.178.254	487.181	5.255.458	(157.662)	4.664.355	(139.931)
C	3%	Vencidas	38.673	2.488	9.180	724	51.065	(1.532)	59.286	(1.777)
D	10%	Normal	779.663	44.860	185.827	123.842	1.134.192	(113.418)	945.928	(94.593)
D	10%	Vencidas	74.102	4.015	18.475	1.548	98.140	(9.813)	56.639	(5.663)
E	30%	Normal	210.054	7.324	29.344	7.383	254.105	(76.232)	173.259	(51.978)
E	30%	Vencidas	79.477	3.510	11.786	4.599	99.372	(29.812)	62.058	(18.618)
F	50%	Normal	55.151	5.063	10.803	4.586	75.603	(37.803)	65.548	(32.775)
F	50%	Vencidas	71.150	3.538	12.159	1.411	88.258	(44.130)	47.313	(23.658)
G	70%	Normal	40.128	2.224	3.900	1.899	48.151	(33.706)	35.453	(24.818)
G	70%	Vencidas	62.644	4.666	6.038	457	73.805	(51.664)	44.739	(31.316)
H	100%	Normal	163.766	6.670	6.933	5.576	182.945	(182.945)	181.957	(181.957)
H	100%	Vencidas	264.617	19.634	34.610	3.424	322.285	(322.285)	272.094	(272.094)
Total Normal			9.342.755	204.780	3.454.045	2.631.699	15.633.279	(663.698)	12.598.979	(574.077)
Total Vencidos			617.147	38.202	96.330	12.189	763.868	(459.544)	565.521	(353.359)
Total Geral			9.959.902	242.982	3.550.375	2.643.888	16.397.147	(1.123.242)	13.164.500	(927.436)
Provisões			(876.614)	(46.342)	(142.991)	(57.295)	(1.123.242)		(927.436)	
Total Líquido			9.083.288	196.640	3.407.384	2.586.593	15.273.905		12.237.064	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	9.208	-	-	9.208
Cheque Especial / Conta Garantida	233.774	-	-	233.774
Empréstimos	1.196.663	2.868.228	5.331.833	9.396.724
Títulos Descontados	436.875	126.303	-	563.178
Financiamentos	300.501	800.526	2.449.348	3.550.375
Financiamentos Rurais	250.586	1.164.019	1.229.283	2.643.888
TOTAL	2.427.607	4.959.076	9.010.464	16.397.147

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2024	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	2.896.037	596.232	354.588	3.846.857	23%
Setor Privado – Indústria	611.045	117.883	90.251	819.179	5%
Setor Privado – Serviços	5.211.412	1.923.664	288.361	7.423.437	45%
Pessoa Física	1.404.673	900.961	1.881.690	4.187.324	26%
Outros	79.717	11.635	28.998	120.350	1%
TOTAL	10.202.884	3.550.375	2.643.888	16.397.147	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	927.436	730.798
Constituições/ Reversões no período	660.273	520.821
Prejuízos de Cooperativa Incorporada	(5.918)	-
Transferência para prejuízo no período	(458.549)	(324.183)
Saldo Final	1.123.242	927.436

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	218.085	1,33%	165.701	1,11%
10 Maiores Devedores	1.205.637	7,35%	955.654	6,41%
50 Maiores Devedores	2.865.147	17,47%	2.120.524	14,23%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.134.154	922.487
Valor das operações transferidas no período	458.549	324.183
Valor referente a prejuízos de cooperativa incorporada	5.918	-
Valor das operações recuperadas no período	(119.958)	(94.860)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(17.143)	(17.656)
TOTAL	1.461.520	1.134.154

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	14.340	13.594
Rendas de Empréstimos	1.661.819	1.431.598
Rendas de Títulos Descontados	108.230	98.930
Rendas de Financiamentos	464.317	395.374
Rendas Financiamentos Rurais – Aplicações Livres	59.364	37.164
Rendas Fin. Rurais Aplic. Rec Direcionados à Vista Obrig.	31.427	19.722
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir da Poup Rural	26.249	33.099
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir de LCA	69.931	39.685
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Fontes Publicas	27.822	28.474
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	119.958	94.860
TOTAL	2.583.457	2.192.500

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(1.122.897)	(917.814)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	545.777	447.611
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(94.832)	(76.173)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	9.927	8.345
TOTAL	(662.025)	(538.031)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	75.025	11	75.036	66.047	-	66.047
Rendas a Receber (b)	29.773	-	29.773	22.074	-	22.074
Serviços Prestados a Receber	25.250	-	25.250	19.592	-	19.592
Rendas a receber- Transações Interfinanceiras	755	-	755	690	-	690
Rendas a receber- Seguros	2.370	-	2.370	725	-	725
Outras Rendas a Receber	1.398	-	1.398	1.067	-	1.067
Devedores por compras de Valores e Bens (c)	9.471	27.111	36.582	7.629	26.735	34.364
Títulos e Créditos a Receber (d)	2.229	-	2.229	11.850	-	11.850
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	26.667	26.667	-	25.588	25.588
Pis – Depósito Judicial	-	3.271	3.271	-	3.166	3.166
Cofins – Depósito Judicial	-	16.187	16.187	-	15.678	15.678
Pis Folha – Depósito Judicial	-	2.645	2.645	-	1.089	1.089
Outros (Fiscais)	-	85	85	-	85	85
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	3559	3.559	-	4.586	4.586
Outros	-	920	920	-	984	984
TOTAL	116.498	53.789	170.287	107.600	52.323	159.923

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(60.597)	(8)	(60.605)	(50.425)	(1)	(50.426)
Outros Créditos	(687)	(627)	(1.314)	(203)	(777)	(980)
Total	(61.284)	(635)	(61.919)	(50.628)	(778)	(51.406)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	-	3.956	3.956	-	1.545	-
A	0,5%	Normal	-	6.177	6.177	(30)	4.677	(22)
B	1%	Normal	-	12.789	12.789	(129)	8.679	(87)
C	3%	Normal	-	78	78	(1)	-	-
C	3%	Vencidas	-	10.097	10.097	(303)	17.693	(530)
D	10%	Normal	-	346	346	(10)	751	(23)
D	10%	Vencidas	-	1.228	1.228	(122)	715	(72)
E	30%	Normal	-	402	402	(40)	-	-
E	30%	Vencidas	1.322	332	1.654	(495)	4.859	(1.458)
F	50%	Normal	9.488	379	9.867	(2.961)	10.165	(3.049)
F	50%	Vencidas	244	470	714	(356)	762	(382)
G	70%	Normal	7.842	-	7.842	(3.921)	5.431	(2.716)
G	70%	Vencidas	456	328	784	(549)	497	(346)
H	100%	Normal	8.950	-	8.950	(6.268)	6.395	(4.476)
H	100%	Vencidas	346	-	346	(346)	1.134	(1.137)
Total Normal			2.368	35.377	37.745	(2.330)	40.561	(4.034)
Total Vencidos			72.668	1.205	73.873	(59.589)	59.850	(47.372)

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
Total Geral	75.036	36.582	111.618	(61.919)	100.411	(51.406)
Provisões	(60.605)	(1.314)	(61.919)		(51.406)	
Total Líquido	14.431	35.268	49.699		49.005	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores	6.226	10.862
Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores	2.874	5.142
ISS – Imposto S/ Serviço	55	54
IOF a Compensar	12	–
Valores a Restituir – PerdComp	755	694
INSS a Compensar	18	18
TOTAL	9.940	16.770

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipação Salariais	1.603	–	1.603	1.891	–	1.891
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	4.217	–	4.217	3.673	–	3.673
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.869	–	1.869	6.746	–	6.746
Pagamentos a Ressarcir	8.988	–	8.988	7.477	–	7.477
Devedores Diversos – País	2.342	–	2.342	1.610	–	1.610
Material em Estoque	830	–	830	972	–	972
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (a)	–	2.080	2.080	–	2.080	2.080
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Próprios (c)	–	(1.079)	(1.079)	–	(1.058)	91.058)
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	23.972	72.626	96.598	22.844	69.523	92.367
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (c)	(81)	(30.316)	(30.397)	(852)	(32.557)	(33.409)
Despesa Antecipada (d)	3.961	208	4.169	3.386	–	3.386
Total Geral	47.701	43.519	91.220	47.747	37.988	85.735

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do **BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito – Banco Sicoob (a)	179.098	150.820
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros S.A.	15	14
Anellus Assessoria Ltda.	3.857	2.896
TOTAL	182.970	153.730

(a) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2024 de R\$ 20.188 mil (Em 2023 – R\$ 16.037 mil).

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	21.827	19.228	
Terrenos	21.885	21.745	
Edificações	55.037	48.430	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(13.527)	(11.147)	
Instalações	161.034	129.849	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(76.643)	(58.928)	
Mobiliários	32.735	27.786	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(14.742)	(12.555)	
Máquinas	2.227	1.621	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(944)	(764)	
Aparelhos de Refrigeração	15.265	12.542	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(7.004)	(5.955)	
Equipamentos de Processamento de Dados	68.665	54.136	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(37.065)	(27.598)	
Alarme	859	628	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(378)	(271)	
Cabines de Segurança	2.805	2.524	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(1.396)	(1.216)	
Armas e Equipamentos	5.473	4.809	10%

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(3.071)	(2.692)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	2.768	2.405	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(1.527)	(1.364)	
Equipamentos de Comunicação	2.231	2.150	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(1.527)	(1.385)	
Veículos	3.413	2.643	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(1.854)	(1.416)	
Software e Direito de Uso (b)	8.181	8.080	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(7.132)	(6.731)	
Total Imobilizado de Uso	396.224	330.496	
Total Intangível	8.181	8.080	
Total Depreciação/Amortização	(166.810)	(132.022)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2024 foi de R\$ 36.071 mil (Em 2023 – R\$ 28.577 mil).

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	4.962.214	-	4.962.214	4.088.250	-	4.088.250
Depósito Sob Aviso (b)	45.258	-	45.258	43.071	-	43.071
Depósito a Prazo (b)	14.557.639	47.445	14.605.084	8.733.414	15.599	8.749.013
TOTAL	19.565.111	47.445	19.612.556	12.864.735	15.599	12.880.334

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	699.280	3,57%	110.170	0,73%
10 Maiores Depositantes	1.577.347	8,04%	718.155	4,73%
50 Maiores Depositantes	2.643.606	13,48%	1.497.466	9,86%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.552)	(5.115)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.207.770)	(907.700)
Despesas de Depósitos Judiciais	-	(1)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(135.847)	(115.952)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(67.279)	(130.364)
Despesas de Letras Financeiras	(1.773)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(26.886)	(19.434)
TOTAL	(1.444.107)	(1.178.566)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário – LCI (a)	-	-	-	1.186.156	-	1.186.156
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio – LCA (b)	1.215.279	335.642	1.550.921	847.910	366.499	1.214.409
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	59.268	-	59.268	-	-	-
TOTAL	1.274.547	335.642	1.610.189	2.034.066	366.499	2.400.565

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	884.158	937.167	1.821.325	694.560	775.346	1.469.906
Total	884.158	937.167	1.821.325	694.560	775.346	1.469.906

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Modalidade	Taxa	31/12/2024			31/12/2023		
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	Total	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	Total
MAPA	Funcafé	Diversos	377.945	34.867	412.812	337.928	17.675	355.603
TOTAL			377.945	34.867	412.812	337.928	17.675	355.603

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Empréstimos e Repasses		
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	–	(299)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Funcafé (MAPA)	(24.631)	(24.871)
Total Despesas com Empréstimos e Repasses	(24.631)	(25.170)
Despesas de Repasses Interfinanceiros		
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(128.889)	(90.035)
Total Despesas de Repasses Interfinanceiros	(128.889)	(90.035)
TOTAL	(153.520)	(115.205)

16. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Correspondentes	26	11
TOTAL	26	11

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo por sua ordem.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Relações Interdependências	78.490	81.541
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	1.415	664
Ordens de Pagamento (b)	76.296	80.332
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	779	545
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	4.674	8.005
Operações de Crédito – IOF	4.057	7.183
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	617	822
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	6.597	5.141
TOTAL	89.761	94.687

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (I)	55.211	28.174	83.385	42.932	14.288	57.220
Provisão Para Contingências (II)	–	31.138	31.138	–	27.678	27.678
TOTAL	55.211	59.312	114.523	42.932	41.966	84.898

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de

dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	2.936.886	1.766.216
TOTAL	2.936.886	1.766.216

(II) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, as Cooperativas, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, as Cooperativas apresentavam os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS (a)	3.271	3.166
COFINS (a)	16.187	15.678
PIS Folha (b)	2.645	1.089
Trabalhistas	5.514	5.345
Outras Contingências	3.521	2.400
Total	31.138	27.678

(a) PIS e COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

(b) PIS FOLHA – quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob – ES, existem processos judiciais nos quais as cooperativas singulares figuram como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.682 mil.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	1.696	1.500
Imposto e contribuições s/ salários	9.252	8.358
IRRF sobre Aplicações Financeiras	4.654	4.972

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre Juros ao Capital	6.014	5.450
Outros	588	500
TOTAL	22.204	20.780

20. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	26.511	28.733
Sociais e Estatutárias	250.745	205.046
Provisão para Participações nos Lucros (b)	54.473	52.638
Resultado de Atos com Associados (c)	124.329	93.246
Resultado de Atos com não associados (c)	14.369	8.161
Cotas de Capital a Pagar (d)	57.574	51.001
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	55.056	48.106
Despesa de Pessoal	22.657	20.175
Água/Energia/Gás	94	113
Aluguéis	1.478	1.599
Assessoria Técnica	223	16
Custodia de Valores e Bens	240	225
Comunicações	158	267
Propaganda e Publicidade	701	1.200
Promoções E Relações Públicas	102	207
Segurança e Vigilância	509	108
Manutenção e Conservação de Bens	212	119
Transporte	801	677
Seguro	488	403
Plano de Saúde	85	82
Compensação	2.003	4.138
Seguros a Recolher	1	5
Seguros Prestamista	7.495	6.169
Provisão de Cartões a Pagar	8.620	6.659
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	2.212	2.239
Custos de Transações Interfinanceiras	1.241	1.023
Domicílio Bancário Sipag 2.0	3.320	1.115
Encargo por Concessão de Garantia a Repassar	390	-
Outras Despesas Administrativas	2.026	1.567
Credores Diversos – País (f)	30.317	32.710
Pagamento a Processar	13.213	12.009
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	347	621
Crédito de Terceiros	31	149
Plano de Saúde de Terceiros a Pagar	41	-

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	495	378
Taxa de Gravames a Repassar	104	81
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	1.621	910
Valores a Pagar – Honras Fundos Garantidores	2.740	1.085
Cheques Depositados	5.276	1.669
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	4.152	14.495
Rendas Antecipadas	1.050	690
Fatura Sicoobcard a pagar	119	232
Outros	1.128	391
TOTAL	362.629	314.595

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Em conformidade à Lei nº 10.101/2000 e conforme Acordo Coletivo vigente, a Cooperativa provisionou, no exercício de 2024, o montante de R\$ 44.406 mil a título de participação dos empregados nos resultados, valor registrado como despesa no período. Esse montante compõe o total de R\$ 54.473 mil reconhecido no passivo. No exercício anterior, a provisão foi de R\$ 47.405 mil sobre um passivo de R\$ 52.638 mil.

(c) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(e) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(f) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ES** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
De Domiciliados no País	2.156.281	1.755.179
(-) Capital a Realizar	(28.090)	(25.535)
Capital Social	2.128.191	1.729.644

(b) Reservas de Sobras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Reserva	2.775.853	2.196.627
Reserva Estatutária	11.079	10.206
Reserva Continência	-	6.452
Outras Reservas	10.669	11.000
Total Reservas de Sobras	2.797.601	2.224.285

(c) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, conforme percentual de cada Cooperativa no quadro abaixo, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Cooperativa	Percentual (%)
Sicoob Central ES	10
Sicoob Sul–Litorâneo	55
Sicoob Sul	55
Sicoob Conexão	55
Sicoob Coopermais	55
Sicoob Sul–Serrano	55
Sicoob Credirochas	55

(d) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto na Cooperativa 3003. Outros valores de reserva estatutária: R\$ 1.497 mil.

Movimentação FIS	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial do FIS	10.206	8.197
Devolução	6	-

Movimentação FIS	31/12/2024	31/12/2023
Destinação AGO 2023	-	1.590
Constituição	8.473	7.528
(-) Utilização FIS	(7.605)	(7.109)
Saldo Final FIS	11.080	10.206

(e) Reserva Contingência

Constituída na Assembleias Geral Ordinária 2020 com as sobras de 2019 pelas Cooperativas Sicoob Coopermais, Sicoob Norte, Sul Serrano e Sicoob Credirochas, no montante de R\$ R\$ 20.773 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

Nas AGO, realizadas em **2021**, foi deliberado pelas cooperativas citadas acima, o aumento no montante de R\$ 8.359 mil com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** também com o prazo de utilização até a AGO de 2023.

O Sicoob Coopermais realizou em 13/12/2023 AGE na qual aprovou pela dissolução do Fundo COVID -19 destinando para distribuição dos associados no montante de R\$8.659 nos mesmos moldes da época da constituição do fundo.

Na AGO de 2023 da Cooperativa Sicoob Credirochas realizada em 29/04/2023, foi deliberado a prorrogação do prazo de utilização até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, no qual inicialmente tinha término em 2023. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11/04/2024, foi aprovado por maioria pela reversão da reserva de contingência do Fundo COVID-19 no montante de R\$ 6.452.

(f) Reserva Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional Sicoob Sul Serrano

Constituída na AGE 14/12/2023 com as sobras de 2023 no montante de R\$ 11 milhões, tem como a promoção de ações de apoio a projetos de desenvolvimento das regiões que compõe a área de atuação da cooperativa, fortalecendo assim o relacionamento da cooperativa com a sociedade.

O fundo possui vigência de 03 (três) anos, onde havendo recurso após conclusão dos projetos e ações seus recurso será destinado para Reserva legal da Cooperativa.

(g) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2024, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.042 mil, referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

(h) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas em 2023, os cooperados das singulares e cooperativas integrantes da Central, deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 298.592 mil e R\$ 98.254 mil foi destinado a reserva legal.

(i) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobra Bruta	1.215.610	1.063.210
Juros ao Capital	(204.803)	(199.422)
Sobra líquida do exercício	1.010.807	863.788
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(13.789)	(7.877)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	997.018	855.911
Total Reserva legal – 55%	(470.316)	(417.272)
Total Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(44.515)	(39.248)
Fundo Investimento Social – 1%	(8.473)	(7.528)
Utilização do FIS	7.605	7.109
Utilização Fundo Apoio ao Desenvolvimento Regional	331	-
Utilização FATES	21.381	-
Reversão de Reserva de Contingência	-	10.908
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional Sicoob Sul Serrano	-	(11.000)
Sobras após as destinações estatutárias e legais	503.031	398.880

(j) Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	5.248.524	5.107.405	141.119	4.307.305	4.183.856	123.449
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(3.518.405)	(3.490.860)	(27.545)	(2.850.810)	(2.824.643)	(26.167)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(722.094)	(702.670)	(19.424)	(589.516)	(572.597)	(16.919)
Resultado Operacional	1.008.025	913.875	94.150	866.979	786.616	80.363
Receita Não Operacional	10.519	-	10.519	10.358	-	10.358
Despesa Não Operacional	(7.737)	-	(7.737)	(13.549)	-	(13.549)
Resultado Não Operacional	2.782	-	2.782	(3.191)	-	(3.191)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e	1.010.807	913.875	96.932	863.788	786.616	77.172

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo						
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	83.143	(83.143)	-	69.295	(69.295)
Resultado do Período	1.010.807	997.018	13.789	863.788	855.911	7.877

23. Pagamento de Juros ao Capital

As Cooperativas pagaram de juros ao capital próprio no montante de R\$ 204.803 mil (R\$ 199.422 mil no mesmo período de 2023), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

24. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	41.544	40.984
Rendas Transações Intercredis	-	6.763
Rendas de Cartões	148.791	84.176
Rendas de Convênios	3.412	4.265
Rendas de Serviços	29.142	21.839
Rendas de Tarifas	19.803	17.966
Comissão com Venda de Consórcios	24.395	18.876
Comissão com Venda de Seguros	63.641	52.985
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	-	1.448
Outras Rendas de Prestação de Serviços	13.926	2.642
Total	344.654	251.944

25. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	40.412	44.091
Rendas de Serviços Prioritários – PF	5.105	5.576
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	1.999	2.394
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	123.401	114.825

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Serviços Especiais – PF	87	66
Total	171.004	166.952

26. Dispêndios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários	(28.536)	(21.437)
Despesas com Pessoal – Benefícios	(68.774)	(40.786)
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	(58.572)	(52.691)
Despesa de Pessoal – Proventos	(155.844)	(139.136)
Despesa de Pessoal – Treinamento	(1.400)	(420)
Despesa de Remuneração de Estagiários	(7.048)	(6.538)
Total	(320.174)	(261.008)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, previdência privada, plano de saúde vale transporte e auxílio creche.

27. Outras Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água Energia e Gás	(6.012)	(5.544)
Despesas de Aluguéis	(31.975)	(28.425)
Despesas de Comunicações	(9.361)	(9.797)
Despesas de Manutenção e conservação de bens	(8.242)	(7.113)
Despesas de Material	(4.531)	(4.637)
Despesas de Processamento de Dados	(57.870)	(45.223)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(19.279)	(17.287)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(32.748)	(25.138)
Despesas de Publicações	(52)	(137)
Despesas de Seguros	(789)	(856)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(65.574)	(56.990)
Despesas de Serviços de Terceiros	(21.312)	(19.244)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(19.920)	(17.266)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(31.092)	(24.049)
Despesas de Transporte	(10.510)	(9.499)
Despesas de Viagem ao Exterior	(12)	(2)
Despesas de Viagem no País	(3.181)	(2.491)
Despesas de Amortização	(537)	(496)
Despesas de Depreciação	(35.534)	(28.081)
Livros Jornais e Revistas	(6)	(14)
Condomínio	(1.144)	(675)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(11.233)	(7.798)
Copa/Cozinha	(1.645)	(1.342)
Lanches e Refeições	(1.961)	(1.845)
Uniformes e Vestuários	(293)	(119)
Contribuição a OCE	(555)	(443)
Taxas da Junta Comercial	(21)	(46)
Sistema Cooperativista	(1.060)	(1.230)
Mensalidades Diversas	(480)	(372)
Ações Judiciais	(4.286)	(1.331)
Contribuição Confederativa	(360)	(392)
Rateio Sicoob Confederação	(6.204)	(6.238)
Outras Despesas Administrativas	(960)	(640)
Total	(388.739)	(324.760)

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com Impostos e Taxas	(1.720)	(1.427)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(6.209)	(5.727)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(1.519)	(1.367)
TOTAL	(9.448)	(8.521)

29. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	23.361	19.024
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(334)	(53)
TOTAL	23.027	18.971

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 21.514 mil.

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	39.651	8.723
Rendas de repasses Delcredere	7.906	4.435
Dividendos recebidos pelo Banco Sicoob	20.188	16.037
Rendas de juros Cartão de crédito	63.283	56.230
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	9.466	8.413
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	184	2.892
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	278	2.427
Atualização Selic – Recuperação de Créditos Tributários	7.659	270

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Rendas Operacionais	360	278
Total	148.975	99.705

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, despesas transações de cartões e cancelamento de tarifas pendentes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Descontos Concedidos – Operações de Crédito	(24.652)	(20.904)
Correspondente Bancário	(634)	(774)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(20.775)	(19.384)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes – Externas	(659)	(1.061)
Estornos Juros	(109)	(34)
Multas Juros Diversos	(52)	(134)
Despesas com Serviços Associado a Transações de Pagamento – Cartões (a)	(118.218)	(57.109)
Perdas Fraudes Internas	(216)	(787)
Perdas Fraudes Externas	(1.894)	(2.783)
Perdas Práticas Inadequadas	(357)	(222)
Tarifas recebimento de Convênios Diversos	(2.193)	(1.570)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (b)	(21.381)	-
Fundo Voluntário	(331)	-
Outras Despesas Operacionais	(3.037)	(1.970)
Total	(194.508)	(106.732)

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

(b) A partir do exercício de 2024 as despesas com a finalidade e enquadramento de utilização dos recursos do FATES estão sendo classificadas como despesa do exercício corrente, mudança está, para padronização dentro do sistema Sicoob Brasil.

32. Despesas com Provisões

32.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Passivos Trabalhistas	(3.154)	(3.242)
Provisão para Passivos Trabalhistas – Sucumbências	(80)	-
Provisão para Passivos Contingentes	(1.017)	(1.385)
Reversão de Provisão para Contingências	4.414	2.704
TOTAL	163	(1.923)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

32.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	70.984	(69.037)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(97.149)	54.113
TOTAL	(26.165)	(14.924)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

33. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	1.060	2.838
Ganhos de Capital	618	718
Rendas de Aluguéis	216	82
Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	6.686	4.877
Outras Receitas Não Operacionais	1.939	1.843
(-) Prejuízos na Alienação de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(3.099)	(2.620)
(-) Perdas de Capital	(1.964)	(1.612)
(-) Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(2.652)	(9.260)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(22)	(57)
Resultado Líquido	2.782	(3.191)

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita

das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2024**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	93	4	0,12%
Conta Garantida	45	1	0,03%
Financiamentos Rurais	138.365	1.552	5,23%
Empréstimos	59.152	936	0,63%
Financiamentos	7.962	98	0,22%
Direitos Creditórios Descontados	1.489	7	0,26%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	33.728	0,68%	-
Depósitos a Prazo	196.335	1,34%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	34.283	2,13%	85% a 93% CDI

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% a.m	1,50% a 6,97% a.m
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20% a 2,50% a.m	1,20% a 2,50% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, Duplicata e Cartão)	0,50% a 4,71% a.m	0,50% a 4,71% a.m
Consignado	0,49% a 1,78% a.m	0,49% a 1,78% a.m
Empréstimos	CDI+0,00% a.m. a CDI+24,00% a.m. SELIC%a.a à SELIC+6%a.a	CDI+0,00% a.m. a CDI+24,00% a.m. SELIC%a.a à SELIC+6%a.a
	0,10% a 49,00% a.m	0,10% a 49,00% a.m
Empréstimo com Garantia Real de Aplicação Financeira	A partir de 120% CDI	A partir de 120% CDI
Vendas de Bens não de uso Próprio – imóvel	A partir de 0,10% a.m. + CDI A partir de 100% do CDI	A partir de 0,10% a.m. + CDI
	0,49% CDI + 0,00% a 1,99% CDI + 0,99%	A partir de 100% do CDI
Financiamentos	0,15% + CDI a 3,00% a.m.+ CDI	0,15% + CDI a 3,00% a.m.+ CDI
Renegociações	1,36% a.m. a 3,99%a.m.	1,36% a.m. a 3,99%a.m.
	CDI + 0,30%a.m. a CDI+2,05% a.m.	CDI + 0,30%a.m. a CDI+2,05% a.m.
Crédito Rural – RPL	8,50% a.a. a 29,90% a.a.	8,50% a.a. a 29,90% a.a.
	5,0%a.a.+CDI a 9,90%a.a.+CDI	4,9%a.a.+CDI a 11,00%a.a.+CDI
Crédito Rural – LCA prefixado	19,90% a 29,90% a.a.	19,90% a 29,90% a.a.
Crédito Rural – LCA pós fixado	5,0% a 9,90% a.a. + CDI	5,0% a 9,90% a.a. + CDI
Crédito Rural – Repasses	3,00% a 12,00 a.a. + TR	3,00% a 12,00 a.a. + TR
	CDI + 2,5% a.a. a CDI+ 12,0% a.a.	CDI + 2,5% a.a. a CDI+ 12,0% a.a.
	2,50% aa a 24,90% a.a.	2,50% aa a 24,90% a.a.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Linhas específicas – Pronampe e Cap. giro FGI/PEAC	Pronampe: A partir de Selic + 1,25% a.a.	Pronampe: A partir de Selic + 1,25% a.a.
	Cap. Giro FGI/PEAC: A partir de 0,69% a.m	Cap. Giro FGI/PEAC: A partir de 0,69% a.m
Aplicações Financeiras – RDC Longo CDI	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações Financeiras – LCA/LCI	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	214
Cheque Especial	34
Crédito Rural	238.058
Direitos Creditórios Descontados	13.361
Empréstimos	421.932
Títulos Descontados	430

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de Outras Coobrigações	37.502	11.725

e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2024 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	17.435
Salários	1.830
Encargos s/ Salários, Honorários e Cédula de presença	4.896
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	1.195

35.2 Saldos das transações da Cooperativa com o BANCO SICOOB:

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Banco Sicoob, onde é acionista e está presente com representante no conselho de administração.

Transações com Banco Sicoob		
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	9.413.976	5.737.650
Disponibilidades	11	10
Depósitos Interfinanceiros	7.934.593	4.644.923
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.479.372	1.092.717

Transações com Banco Sicoob		
Passivo	1.821.325	1.469.906
Relações Interfinanceiras	1.821.325	1.469.906

36. Gerenciamento de Risco

Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros Crédito

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Risco Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

37. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do Patrimônio de Referência e o índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referência	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sicoob Central ES	14,65%	14,98%	477.452	377.274
Sicoob Sul-Litorâneo	22,35%	22,95%	233.789	193.051
Sicoob Sul	30,22%	29,67%	782.960	624.283
Sicoob Conexão	23,99%	27,45%	1.804.011	1.454.849
Sicoob Coopermais	19,48%	21,65%	466.342	394.057
Sicoob Sul-Serrano	22,14%	25,35%	950.356	760.839
Sicoob Credirochas	17,10%	17,64%	294.698	240.254
Média/Total	21,42%	22,81%	5.009.608	4.044.607

39. Benefícios a Empregados

As cooperativas são patrocinadoras de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	2.416	2.068
TOTAL	2.416	2.068

Vitória-ES, 24 de janeiro de 2025

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo Sicoob Central ES

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios do Sicoob Central ES

Bento Venturim
Presidente Conselho de Administração Sicoob Central ES

Fábio Antônio Novaes
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul-Litorâneo

Rubens Moreira
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul

José Nivaldo Casagrande
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Conexão

Arno Kerckhoff
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Coopermais

Cleto Venturim
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul-Serrano

Tales Pena Machado
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Credirochas

Sandra Helena Rosa Kwak
Diretora de Recursos Humanos e Sustentabilidade do Sicoob Central ES

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Relatório de auditoria

Aos Administradores e aos Cooperados do
Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – SICOOB ESPÍRITO SANTO Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo (Sistema Sicoob ES), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Sicoob ES em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.151, de 30 de outubro de 2012 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Sistema Sicoob ES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve que as demonstrações financeiras combinadas do SISTEMA SICOOB ES foram elaboradas pela administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.151/12 e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Sistema Sicoob ES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Sistema Sicoob ES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Sistema Sicoob ES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Sistema Sicoob ES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Sistema Sicoob ES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Sistema Sicoob ES. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 14 de fevereiro de 2025.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

